Vida / Ambiente / Ciência / Educação / Saúde / Sociedade

Leia. Células ricas em gordura podem reverter a calvície

estadão.com.br/ciencia

ANDRE DUSEK/AE

Ambiente. Dados confirmam teoria de que pecuária é responsável pelo avanço das motosserras na região; ministros do Ambiente e da Ciência e Tecnologia defendem expansão da agricultura em parte das terras ocupadas com pecuária de baixa produtividade

Maior parte de área desmatada da Amazônia virou pasto, mostra estudo

Marta Salomon Tânia Monteiro BRASÍLIA

Imagens de satélites analisadas pelo governo federal mostraram que, dos 719 mil quilômetros quadrados de árvores abatidas na Amazônia até o ano de 2008, pouco mais de 62% são ocupados atualmente por pastagens e outros 20% passam por processo de recuperação natural da vegetação.

Aagricultura, sobretudo aquela destinada à produção de grãos, ocupa menos de 5% da área total desmatada – que representava, há três anos, o equivalente a 17,5% da Amazônia.

Os dados constam de estudo feito em parceria pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e apresentado ontem no Palácio do Planalto.

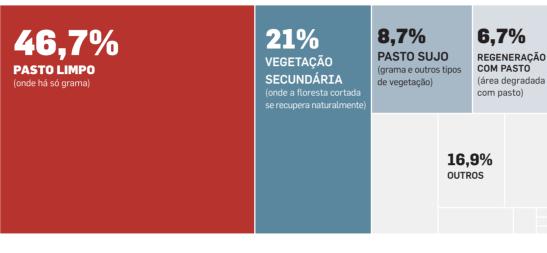
Inédito, esse estudo confirma a hipótese de que a pecuária é o grande motor do avanço das motosserras sobre a Amazônia. Seus resultados surpreendem sobretudo pela extensão de terras ocupadas pela pecuária, o que indica a sua baixa produtividade principalmente nos 110 mil quilômetros quadrados em que as cabeças de gado ocupam áreas de pasto sujo (com grama e outros tipos de vegetação) ou regeneração com pasto.

De acordo com dados oficiais mais recentes, a Amazônia Legal (área um pouco maior que o bioma Amazônia considerado no estudo) reúne 71 milhões de cabeças de gado.

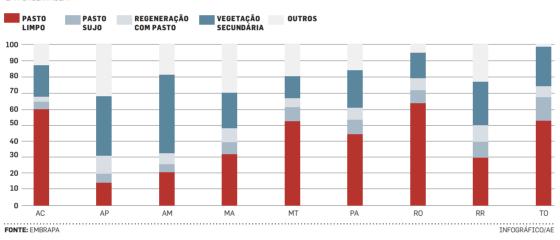
Também foi surpreendente a quantidade de floresta em recuperação detectada pelos satélites. Essa parcela, de 150,8 mil quilômetros quadrados - cerca de cem vezes o tamanho da cidade de São Paulo -, corresponde a 21% do total desmatado. A floresta em estado de regeneração foi apontada pelo diretor do Inpe, Gilberto Câmara, como um importante ativo, por funcionar na AVANÇO DAS MOTOSSERRAS

 Imagens de satélite confirmam que pecuária é responsável pelo crescimento do desmatamento na Amazônia

Tipos de uso nas terras desmatadas



Desmatamento por Estado



captura de gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento

Já as pastagens degradadas, classificadas como pastagens com solo exposto, somam 594 quilômetros quadrados - ou 0,1% do total abatido. Trata-se de um porcentual menor que o

Código Florestal. O estudo também deve reforçar os argumentos do governo na negociação da reforma do Código Florestal, ao revelar o destino da maior parcela das áreas desmatadas. O ministro Aloizio Mercadante (Ciência e Tecnologia) defendeu uma moratória ao desmata-

Novo responsável

A pecuária pode deixar de ser a responsável pelo desmatamento. Estudo do Greenpeace mostrou que o avanço do desmate em Mato Grosso já ocorre em áreas próximas à produção de grãos.

abandonada durante os debates no Congresso.

A ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) chamou a atenção para o modelo de exploração da pecuária na Amazônia. "Ter menos de uma cabeça de gado por hectare é algo inaceitável. É um desperdício, porque você está substituindo a floresta por algo que não dá retorno de renda e crescimento ao País", comentou

a titular da pasta. Izabella e Mercadante defen-

mento na Amazônia, proposta

em parte das terras ocupadas com pecuária de baixa produtividade. "Nós temos uma área desmatada que pode impulsionar a produção pecuária com mais produtividade.com mais eficiência, aumentar muito a produção de alimentos e além disso sequestrar carbono e contribuir para reduzir o aquecimento global", disse o ministro de Ciência e Tecnologia.

A área desmatada na Amazônia até 2008, data-base do estu-

do, já correspondia a quase três vezes o tamanho do Estado de São Paulo. Desde então, cerca de 20 mil quilômetros foram desmatados a mais.

impacto ambiental em que a

intervenção ou corte de vege-

tação poderia ser autorizada.

tura destinadas à Copa do

Além de obras de infraestru-

Mundo de 2014, poderão justi-

ficar o desmatamento de APPs

os empreendimentos aponta-

dos pelo presidente da Repú-

O novo texto foi apresenta-

do por Luiz Henrique, relator

nas próximas três comissões

pelas quais a reforma de Códi-

Ciência e Tecnologia. A primei-

go será analisada: Constitui-

ção e Justiça, Agricultura e

ra votação será no dia 14.

blica ou governadores.

O estudo feito a partir de imagens de satélites mostra que a ocupação por pastagens predomina em todos os Estados da Amazônia. A proporção de pastos é maior nos Estados de Rondônia, Acre, Tocantins e Pará. Em Mato Grosso, a extensão de terras ocupadas pela produção

Floresta vira pasto. Izabella Teixeira: 'É um desperdício'

PARA LEMBRAR

Nova proposta amplia cortes

Uma das principais novidades do relatório do Código Florestal produzido pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC), em relação ao texto aprovado pelos deputados, é a definição de 20 situações em que poderá haver corte de vegetação nativa em áreas de preservação permanente (APPs) no futuro.

Na versão que passou na Câmara eram vagas as hipóteses de utilidade pública, interesse social e atividades de baixo

deram a expansão da agricultura

agrícola é mais significativa.

Prazo máximo para plano marcar consulta e exame é adiado

Norma da ANS, que entraria em vigor neste mês, passa a valer só em dezembro; operadoras pediram mais tempo

Clarissa Thomé / RIO

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) adiou para 19 de dezembro a entrada em vigor da norma que define prazos máximos para a marcação de consultas ou exames pelas operadoras de saúde. A agência atende a um pedido dos planos, que alegaram não ter conseguido se adequar às regras. A nova norma deveria entrar em vigor no próximo dia 19.

A ANS cedeu ao pedido das operadoras, mas também tornou mais rígidas as punições em caso de descumprimento dos prazos. Se as regras não forem seguidas, a agência pode suspender a comercialização de parte ou de todos os produtos da operadora de planos de saúde e também decretar uma intervenção o chamado regime especial de direção técnica –, até mesmo com o afastamento dos dirigentes da operadora.

"O País é muito heterogêneo do ponto de vista de oferta e recursos em saúde. Em determinadas regiões, ficou difícil para algumas operadoras cumprir os prazos estabelecidos. Como a demanda foi generalizada e a gente

entende que há diferença na oferta de serviços, estamos dando mais prazo. E agravando penalidades, no sentido de dizer 'Nós vamos cobrar, sim", afirmou o diretor-presidente da ANS, Mau-

ricio Ceschin. Passaram por dificuldades maiores as pequenas operadoras. A regra anterior previa que o plano que não tivesse, entre os seus prestadores de servico, médico de determinada especialidade teria de garantir o atendimento em profissional não credenciado no mesmo município ou o transporte do cliente - ida e volta – até o prestador credenciado.

Como no interior do País nem todos os procedimentos do rol são oferecidos em todas as cidades, a ANS passou a considerar o conceito de "região de saúde" - o beneficiário terá de encontrar, naquele conjunto de municípios, o serviço de que precisa.

"Se há exame ou médico disponível na região, mas ele não pertence à sua rede de credenciados, o plano pagará o transporte do paciente. Se não há o recurso, ele não paga. Nós queremos, com isso, induzir as operadoras a credenciar os recursos existentes. O objetivo é fazer a operadora oferecer o serviço ao beneficiário. Se não há o recurso disponível, não há como induzi-la a fazer o credenciamento. O transporte funciona como um indutor do credenciamento no local", afirmou Ceschin.

Começa hoje greve da dermatologia

• Entre hoje e terça-feira, os dermatologistas do Estado vão suspender o atendimento eletivo a cinco planos de saúde: Ameplan, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), Intermédica, Notredame e Volkswagen. A Associação Paulista de Medicina (APM) organiza ao longo de todo o mês uma paralisação em sistema de rodízio para reivindicar o reajuste dos honorários pagos pelas operadoras. Os primeiros a parar foram os ginecologistas.

Ambulâncias do Samu ficam paradas no interior

Por falta de sintonia entre prefeituras e governo federal, dezenas de ambulâncias zero km do Servi-◆ ço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) estão paradas há quase um ano no interior de São Paulo. Os veículos, avaliados em mais de R\$ 120 mil cada um, foram entregues entre setembro e outubro de 2010 pelo Ministério da Saúde, mas as prefeituras não tinham preparado a estrutura para operar o Samu.

Em Itapeva, a 286 km de São Paulo, as sete ambulâncias estão no pátio da prefeitura. Como o prédio do Samu está em reformas, os veículos só devem atender a população a partir de janei-

Carência

MARCIO WATANABE

SECR. DE SAÚDE DE SOROCABA "As cidades precisam de tempo para contratar funcionários."

ro de 2012. Segundo o secretário municipal de Saúde, Marco de Oliveira, houve necessidade de fazer licitação para a obra e o processo atrasou. Na região de Sorocaba, as 13 ambulâncias destinadas a 11 municípios ainda não rodaram.

Sem recursos para médicos, paramédicos e motoristas, as prefeituras discutem a formação de um serviço regional, com o rateio das despesas. O secretário de Saúde de Sorocaba, Márcio Watanabe, disse que a entrega das ambulâncias é apenas a primeira etapa da instalação do serviço: "As cidades precisam de tempo para contratar funcionários."/José maria tomazela

Acordo entre músicos e orquestra põe fim a crise

Roberta Pennafort / RIO

Um acordo fechado ontem pôs fim à crise de oito meses na Orquestra Sinfônica Brasileira (OSB). Vinte e seis músicos que haviam sido demitidos por justa causa foram readmitidos. Eles aceitaram integrar uma outra orquestra administrada pela Fundação OSB. Nove músicos veteranos, que, em solidariedade, haviam parado de tocar, retomarão as atividades e poderão escolher em qual das duas ficarão.

Cinco instrumentistas preferiram não retornar e terão a justa causa revista, ou seja, receberão

todos os direitos trabalhistas. A crise começou em janeiro, depois que os músicos se recusaram a participar de avaliações de desempenho impostas pela direção. Desde então aconteceram as demissões, protestos, um boicote internacional e uma série de audições, que resultou na contratação de 31 novos músicos, brasileiros e estrangeiros, e muitas rodadas de negociação.

A última durou um mês e culminou no acordo firmado no Sindicato dos Músicos do Rio, que prevê a reintegração, mas não a submissão à regência do maestro Roberto Minczuck, contra o qual o grupo havia se voltado.

Os instrumentistas voltarão aos mesmos cargos e receberão os salários dos meses em que não trabalharam. Eles não ganharão, porém, o novo piso da OSB,

cerca de 50% maior. "É uma alegria ter terminado esse período de desconfiança e tensão. Foi quase unânime. A instituição é maior que todos nós", comemorou Fernando Bicudo, diretor artístico contratado pela OSB para apaziguar as relações com os músicos.